

O contestado e a construção do mito do herói de guerra João Gualberto



RESUMO

Este artigo analisa a construção do mito do herói João Gualberto, morto na Batalha do Irani durante a Guerra do Contestado (1912-1916). A abordagem feita pela imprensa do período reforça a narrativa de um militar exemplar, sua conduta no evento e os detalhes sobre as cerimônias e homenagens ao oficial. Modelando o imaginário político e cultural e, ao mesmo tempo, sendo por ele modelado, realmente Gualberto também tinha muito da "alma" da capital do Paraná, como veiculado nos discursos póstumos reproduzidos e construídos pelos jornais. A atuação do Regimento de Segurança do Paraná, no espetáculo teatral da morte de João Gualberto, produziu um depósito de lembranças que foram sendo usadas convenientemente, pela corporação, ao longo de décadas para re(inventar) uma tradição do heroísmo enquanto missão institucional.

Palavras-chave: Culto aos Mortos; Memória; Heroicização; Usos do Passado; Identidade.

* Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como professora no Colégio da Polícia Militar do Paraná. CV: <http://lattes.cnpq.br/6148085321563275>

** Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atua como professora de Secretaria de Estado de Educação do Paraná (SEED/PR). CV: <http://lattes.cnpq.br/0552725334374907>

The contestado and the construction of the war hero myth of João Gualberto

ABSTRACT

This article analyzes the construction of the hero myth of João Gualberto, killed in the battle of Irani during the Contestado War (1912-1916). The approach made by the press of the time reinforces the narrative of an exemplary military, his conduct at the event and the details of the ceremonies and honors to the officer. Modeling the political and cultural imagination and, at the same time, being modeled by it, Gualberto really had a lot of the "soul" of the capital of Paraná, as conveyed in the posthumous speeches reproduced and built by the newspapers. The performance of the Paraná Security Regiment, in the theatrical death spectacle of João Gualberto, produced a depository of memories that were used conveniently by the corporation, over decades to re(invent) a tradition of heroism as an institutional mission.

Keywords: Worship of the Dead; Memory; Heroization; Uses of the Past; Identity.

El Contestado y la construcción del mito del héroe de guerra João Gualberto

RESUMEN

Este artículo analiza la construcción del mito del héroe João Gualberto, muerto en la Batalla de Irani durante la Guerra del Contestado (1912-1916). El enfoque de la prensa de la época refuerza la narración de un soldado ejemplar, su conducta en el evento y detalles sobre las ceremonias y homenajes al oficial. Modelando el imaginario político y cultural y, al mismo tiempo, siendo modelado por él, Gualberto tenía realmente también mucho del "alma" de la capital paranaense, tal como se expresa en los discursos póstumos reproducidos y contruidos por los periódicos. La actuación del Regimiento de Seguridad de Paraná, en el espectáculo teatral de la muerte de João Gualberto, produjo un depósito de memorias que fueron convenientemente utilizadas por la corporación durante décadas para reinventar una tradición de heroísmo como misión institucional.

Palabras-clave: Culto a los Muertos; Memoria; heroización; Usos del Pasado; Identidad.



Oficial pernambucano do Exército João Gualberto Gomes de Sá Filho, promovido a Coronel justamente para comandar o Regimento de Segurança do Paraná¹, morreu nos Campos do Irani no dia 22 de outubro de 1912, na batalha que ficaria conhecida como o marco inicial da Guerra do Contestado (1912-1916). Tal conflito foi uma das maiores guerras civis na região Sul, confrontando sertanejos desapropriados e forças militares dos poderes federal e estadual.

Destroçado a facção pela resistência sertaneja durante a investida da corporação estadual ao acampamento caboclo, erguido em terras de dupla jurisdição, a figura morta do militar foi elevada à condição de herói sacrificado pelo Paraná republicano e pelos interesses dos paranaenses, no contexto da polêmica indefinição dos limites com Santa Catarina². O primeiro herói do movimento paranista (Pereira, 1996) da imprensa curitibana de 1912 e, até hoje, o grande vulto da Polícia Militar do Paraná, teve sua morte em combate usada e heroicizada por diferentes agentes. Com demandas próprias, porém complementares e convergentes, no sentido de eleger a mesma figura heroica, visando à construção de uma identidade paranaense.

O processo da heroicização do oficial morto originou-se de um fervoroso culto cívico. Práticas de veneração atingiram o ápice durante as cerimônias fúnebres, muitas realizadas na capital paranaense passados quinze dias do óbito em campo de batalha. Homenagens dramatizadas nunca vistas pelos padrões urbanos da época, tamanha a exaltação do morto e comoção social no velório e sepultamento, dificilmente teriam ocorrido sem os agentes da imprensa, local e nacional, que em conjunto com o governo do Paraná e sua corporação militar, assumiram a tarefa de monumentalizar tal morte, oportunizando um verdadeiro espetáculo público com cenas de cortejos luxuosos e inumação dispendiosa no Cemitério Municipal, cujo esquife e túmulo foram pagos pelo Estado do Paraná através de recursos públicos.

O presente texto tem como objetivo abordar como a imprensa delimitou seu espaço e papel nas encenações da teatralização que transformou um influente oficial, do meio curitibano no início do século XX, no mito do herói morto pelos interesses dos paranaenses. Discursos da imprensa local e nacional, que acomodavam as vozes de escritores, intelectuais, políticos e até de militares foram fundamentais para a consternação coletiva em torno dos ritos funéreos ocorridos entre outubro e novembro de 1912, sem os quais a idealização da morte heroica não teria ocorrido.

O monge José Maria, líder dos sertanejos errantes, também morreu no mesmo conflito. E embora essa perda tenha repercutido intensamente no meio caboclo, fontes primárias e secundárias fornecem elementos evidentes do contraste existente entre as formas de vivenciar e representar a morte, em diferentes universos culturais, com extremas desigualdades materiais, em respeito ao tratamento dos seus respectivos mortos. Enquanto o militar recebeu homenagens póstumas de um número considerável de celebridades, autoridades e instituições regionais e nacionais, sendo enterrado por meio de investimentos onerosos em cemitério, o corpo do monge sertanejo foi depositado em um buraco raso e improvisado, próximo da localidade onde tombou, coberto apenas com tábuas soltas para facilitar a ressurreição.

¹ Nome da Polícia Militar do Paraná no ano de 1912.

² A respeito da Questão dos Limites e da missão de João Gualberto, nos Campos de Irani, ver Queiroz, (1977).

Queiroz (1977) foi um dos primeiros estudiosos a relacionar o tipo de “sepultura” arranjada para José Maria com a crença sertaneja de que ele retornaria, liderando um exército sagrado para redimir seu povo.

O Contestado e a Batalha do Irani

O episódio do Irani é até hoje legitimado pela História Oficial do Paraná como decorrente da necessidade de preservação dos objetivos do governo e da população na Questão dos Limites. Uma visão que permanece na contramão tanto das próprias imagens de época, que foram sendo alteradas nos discursos da imprensa e do poder estadual, quanto na produção historiográfica nem tão recente.

Na disputa divisória, segundo Machado (2017), os catarinenses almejavam que os limites interestaduais fossem traçados entre os rios Iguaçu e Negro. Já os paranaenses relutavam em aceitar tais barreiras, afirmando que faziam divisa direta com o Rio Grande do Sul, por meio do Rio Uruguai, e que tinham direito sobre as regiões ao sul do Rio Negro.

Em 1904, conforme Valentini (2003), o Supremo Tribunal Federal concedeu ganho de causa a Santa Catarina. O Paraná não reconheceu e recorreu da decisão. Em 1910, foi confirmada definitivamente sentença favorável a Santa Catarina, restando aos barriga-verdes somente aguardar sua execução. O governo paranaense continuou resistindo, alegando que, conforme a Constituição Federal, o problema era político e não poderia ser resolvido juridicamente (Valentini, 2003).

De 1910 a 1916, ocorreram inúmeros conflitos que resultaram em várias intervenções por parte das duas forças estaduais na enorme região contestada. A investida da tropa paranaense sobre os sertanejos em Irani, que integrava o território em litígio, em 1912, precipitou o combate sangrento na localidade do Banhado Grande, uma vez que a migração do monge e seu séquito para o Faxinal do Irani foi vista pelo governo do Paraná e pela imprensa como uma invasão dos catarinenses para apressar a execução da sentença.

O monge era letrado, possuía conhecimento acerca do poder medicinal das plantas e prescrevia receitas e orações para os mais diferentes males e aflições. Nas palavras de Cabral (1979), “[...] sua fama de curador emérito ganhou terreno. Breve viu-se cercado pela multidão dos crentes e dos sofredores.” (Cabral, 1979, p. 180). Em julho de 1912, José Maria chegou a ser convidado por festeiros para um evento religioso, uma festa em Taquaruçu do Bom Sucesso, lugarejo pertencente a Curitibaanos. Convite aceito, apareceu na localidade acompanhado de cerca de 300 pessoas. O enorme grupo que seguiu José Maria evidencia o quanto a religiosidade local era capaz de oferecer uma alternativa ao cruel processo de modernização da região, que inviabilizou o tradicional modo de vida sertanejo.

Terminado o festejo de Bom Jesus, ao invés de se dispersarem, os sertanejos ficaram mais de um mês no local. Além de religioso, o festejo tinha um caráter político. Disputavam o controle da região dois coronéis: Francisco Ferreira de Albuquerque, superintendente de Curitibaanos, ligado à oligarquia mais poderosa de Santa Catarina, e seu opositor, Henrique de Almeida, filho de um velho coronel, que se autodenominava “pai dos pobres”. O evento, que



fora realizado com o consentimento de Henriquinho pela admiração que o monge cativara em parte de sua clientela, pode ter chegado em Albuquerque como uma provocação política de seu adversário. Temendo a concentração e, supostamente, o crescimento da influência de seu inimigo político, o superintendente tentou falar pessoalmente com o monge. Diante da negativa de José Maria, optou por telegrafar ao governador de Santa Catarina, informando que um bando de fanáticos havia proclamado a monarquia em Taquaruçu (Queiroz, 1977, p. 88).

Machado (2004) esclarece de onde surgiu a suposta menção de monarquia, ao afirmar que nas festas religiosas de tradição cabocla ocorriam desafios de repentistas e que, durante a Festa do Bom Jesus, o vencedor havia concluído sua intervenção com uma frase que afirmava ser a monarquia a “lei de Deus” (Machado, 2004, p. 181). O pretexto de restauração monárquica foi usado. A denúncia repercutiu não apenas no Paraná e Santa Catarina. Na imprensa fluminense, a suposta implantação da monarquia foi comparada à experiência de Canudos, como no texto satírico intitulado “O Império de Campos Novos”, publicado, posteriormente, em outubro de 1912, pelo jornal *O Século*: “– Um novo Antonio Conselheiro, senhor! Aquillo vae ser um segundo Canudos. Do monge Zé Maria, que é quem dirige o movimento, dizem coisas do arco da velha. Quem há de abafar a revolta?”³.

Tal repercussão fez a polícia catarinense invadir Taquaruçu. Porém, os sertanejos já tinham conseguido fugir para o povoado de São João do Irani, onde José Maria já tinha vivido e possuía conhecidos e aliados. A imprensa curitibana, o governador Carlos Cavalcanti e militares estaduais entenderam a chegada do bando como uma tática invasora catarinense. Em nome dos interesses do Paraná, da ordem e da segurança, Carlos Cavalcanti ordenou a João Gualberto que partisse com uma tropa para o Irani a fim de dispersar o acampamento.

De acordo com Machado (2017), o Presidente do Estado, temendo as consequências de uma intervenção federal na região, que resultasse em execução de sentença pró-Santa Catarina, incumbiu o comandante-geral da corporação de energicamente acabar com o ajuntamento sertanejo “catarinense” em domínios do Paraná.

Desapropriação e violência

O próprio agrupamento em torno do monge era decorrente da convulsão social, gerada no território em litígio, a partir da consolidação do projeto republicano excludente que beneficiou o grupo estadunidense de Percival Farquhar, em detrimento dos sertanejos. No pagamento pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, por decreto do governo federal, o truste recebeu direitos sobre terras marginais de 15 quilômetros de cada lado da via-férrea. Fato que provocou uma desapropriação legal das terras em que viviam sertanejos numa área de muitos milhares de quilômetros quadrados. Foi criada ainda, a *Southern Brazil Lumber & Colonization*, responsável tanto pela exploração da madeira em caráter industrial, com introdução das serrarias em Três Barras e Calmon (SC), quanto pela colonização da região.

³ BIBLIOTECA NACIONAL. O Império de Campos Novos. *O Século*, 12 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=224782&pasta=ano%201911&pesq=%22Antonio%20Conselheiro%22&pagfis=7432> Acesso em: 25 jul. 2020.



A concessão de terras e a devastação da floresta com araucárias inviabilizou o modo de vida dos sertanejos, que, sem terem para onde ir e do que sobreviver, ainda viram suas terras serem ocupadas por colonos europeus. A desapropriação tornou-se mais truculenta com a criação de uma milícia da *Lumber*, formada por estrangeiros, que atacava os sertanejos com o objetivo de expulsá-los para vender seus terrenos (Thomé, 2005).

Assim, surgiram os errantes do Contestado, uma massa formada por sertanejos e desempregados, abandonados na região, pela *Brazil Railway Company*, após o término da estrada. Porém, todo esse processo foi desconsiderado pelo governo e imprensa paranaenses e pelo próprio João Gualberto, que partiu, no dia 13 de outubro, para o Irani, com metralhadora Maxim, munições e cordas, achando que voltaria para a capital com José Maria e vários sertanejos amarrados.

O oficial, que contava com uma tropa de 158 homens na saída de Curitiba, só conseguiu dispor de 64 em marcha até o acampamento, localizado no Faxinal dos Fabrícios, ficando o restante guarnecendo a cidade de Palmas. Nesta localidade, Gualberto e seus oficiais conheceram o Coronel Domingos Soares, político local e membro da Guarda Nacional, e o gerente de sua fazenda, Otavio Marcondes. Ambos tentaram mediar um acordo pacífico entre o monge e o comandante da força estadual (Vinhas de Queiroz, 1977). Soares e Marcondes se prontificaram a conferenciar com José Maria. Embora tenha aceitado tal favor, João Gualberto afirmou “[...] que intenciona iniciar o combate no dia seguinte mas como o Coronel [Domingos] Soares desejava conferenciar com José Maria [...] esperaria mais aquele dia para que Soares tivesse tempo de ir” (Processo 806, 1913, p. 111v)⁴.

O militar já havia decidido pela invasão, pois, por meio de um telegrama, além de informar onde estava, avisou sobre o ataque “[...] no Irani, a três léguas do monge que tem mais de duzentos homens armados e resiste. Amanhã inicio ação decisiva contra ele” (Processo 806, 1913, p. 111v)⁵. Um dia antes do combate, foi para Octavio Marcondes que João Gualberto entregou o bilhete de ultimato escrito a José Maria.

Senhor José Maria,

Deves comparecer a este acampamento com a maior urgência, a fim de explicardes os motivos da reunião de gente armada em torno da vossa pessoa, alarmando os habitantes desta zona e infringindo as leis do Estado e da República. Caso não atenderes essa intimação, que me ditam o cumprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico que dar-vos-ei, desde logo, franco combate e a todos os que forem solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio, a fim de fazer voltar a esta zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham, que os considerarei criminosos se não comparecerdes vós ao meu acampamento a fim de evitar uma terrível desgraça. Comunico-vos ainda, além de forças minhas que vos sítiam por várias estradas, outras expedições vos perseguem também, tornando-se desta forma impossível a vossa fuga ou resistência no território nacional. No caso de vossa resistência às minhas imposições,

⁴ FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS, PARANÁ. AZEVEDO, M. R. (et al.). Processo Crime, 806, Palmas, 1913, p. 111v.

⁵ Idem, p. 111v.



*deveis retirar com urgência as mulheres e crianças que aí estiverem.
(a) João Gualberto Gomes de Sá Filho
Cmt do Regimento de Segurança do Paraná (Rosa Filho, 1998, p. 18).*

Nas terras dos Fabrícios, conforme seu próprio testemunho, Domingos Soares teria pedido ao monge que se apresentasse a João Gualberto, recebendo um não como resposta, uma vez que José Maria “temia maus tratos”⁶, dando a entender que não sabia o motivo da perseguição, por nada ter contra o Paraná. Frente à resistência de José Maria, Otavio Marcondes entregou o bilhete escrito pelo oficial. O monge, percebendo tratar-se de uma intimação, teria indagado: “Que garantias pode oferecer uma carta escrita a lápis?” (Rosa Filho, 1998, p. 19). E novamente reafirmou seu propósito de não se apresentar ao acampamento militar, apenas solicitando o prazo de um dia para reunir seus seguidores e cavalos, que pastavam soltos, bem como garantias para retornar pacificamente para Santa Catarina (Vinhas de Queiroz, 1977, p. 98).

No mesmo depoimento, o Coronel Soares evidenciou a intransigência do oficial:

[...] tendo nesta ocasião o Coronel João Gualberto declarado ao respondente que na madrugada seguinte atacaria o acampamento do Monge, pois que disto já havia dado comunicação ao Presidente do Estado, que se assim não procedesse elle Gualberto se considerava desmoralisado perante a Nação Brasileira; que o respondente fes ver ao Coronel João Gualberto que com a força que dispunha naquella ocasião não convinha atacar o acampamento do Monge, visto ter força superior a delle Gualberto e mesmo porque o Monge se achava bem localizado; que alem destas ponderações fez-lhe outros muitas, procurando dissuadir Gualberto de seo plano de ataque e que não conseguindo, o aconselhou que as [ilegível] esperasse [fl. 57 v.] a chegada do reforço que já faria pedido; tendo Octavio Marcondes feito ao Coronel João Gualberto idénticas ponderações as quaes também o Coronel Gualberto não attendeo [...].

Da intervenção da imprensa em 1912 ao discurso da caserna: a invenção do corpo do herói como objeto de culto

Os intermediários não conseguiram impedir nem a precipitada investida e nem o sangrento combate que durou pouco mais de meia hora, vitimando as duas lideranças, entre outros oficiais, soldados e sertanejos. De acordo com a interpretação fantasiosa que o *Diário da Tarde* difundiu, acerca do relato dos praças que sobreviveram ao confronto:

A força era composta de 30 praças de infantaria e 20 de cavalaria. Estes, tendo tiroteado, recuaram por ser impossivel a acção no terreno, recuaram deixando o campo á infantaria que era commandada pelo coronel João Gualberto. Impossivel a descrição da peleja. As massas de caboclos, tomadas de ferocidade incrível, cahiam como avalanche tremenda sobre

⁶ FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS, PARANÁ. FABRICIO das Neves e outros. Processo Crime de Irani, Palmas, 1913, fl. 55.

⁷ FÓRUM DA COMARCA DE PALMAS, PALMAS, PARANÁ. FABRICIO das Neves e outros. Processo Crime de Irani, Palmas, 1913, fl. 57.



os resumidos defensores da honra do Paraná. O facão e as clavinhas dos bandidos não esmoreciam ante o heroísmo e bravura daquele punhado de valentes, que, num terreno para eles desconhecido, disputavam corajosamente, palmo a palmo, a posição em que se encontravam. O combate era um turbilhão. E, no meio do grupo sanguinolento, se destacava o vulto másculo do coronel João Gualberto, lutando como um leão. Afinal, ele tombou ao lado de inúmeros camaradas mortos ou feridos. Estava terminada a acção. Dos 30 homens, dos trinta valentes da infantaria, 24 eram mortos ou feridos. O inimigo, porém, com a morte do seu chefe, que também era venerado, demandava as mattas, dispersando-se. Todos afirmaram que era de cerca de 300 ou mais o numero dos atacantes. Acreditavam as praças salvas que foi o proprio coronel João Gualberto, já ferido, na cabeça com um golpe de facão, que, com um tiro de pistola, prostou o bandido José Maria⁸.

O já referenciado pesquisador da caserna, o capitão da Polícia Militar do Paraná Rosa Filho (1998), desvia de certos fatos apresentados pela interpretação jornalística, diante do constrangimento de ter que lidar com sua própria representação heroica por parte da tropa e, ao mesmo tempo, ter que admitir que a cavalaria debandou e que João Gualberto morreu isolado entre os sertanejos armados de facão. Ainda que alegue que alguns oficiais tenham conseguido furar o cerco, seus recursos narrativos parecem evitar uma correlação entre a violenta morte de Gualberto e um total isolamento diante dos seus. Pois nem mesmo menciona que existiam outros mortos e feridos, fossem militares ou sertanejos, no local onde tombou e veio a morrer o denodado herói protagonista de sua obra.

Convencido, possivelmente, de que zelar pela imagem sublime de Gualberto em campo de batalha seria o mesmo que insistir, até o fim, na existência de seu corpo preservado e reconhecível para ser reverenciado, Rosa Filho (1998) nos remete à discussão aberta por Fraga (1998), que defende que o principal alimento do corpo simbólico, o que evita que o herói deixe de ser reconhecido enquanto herói, caindo no ostracismo, é o culto ao corpo físico, a partir da veneração dos mortos e dos seus feitos. Notável o descuido do capitão ao reconhecer que cambaleante, devido a um tiro no peito, João Gualberto conseguiu chegar perto de uma árvore, onde "seu corpo foi estraçalhado ao ponto de não ser reconhecido" (Rosa Filho, 1998, p. 27) e, oito páginas depois, em Notas do Autor, sustentar que, de uma cova rasa, a mesma cova coletiva onde foram depositados os corpos de outros militares, cercada de pau a pique, foi exumado "o corpo do coronel Gualberto, reconhecido pelo anel que ainda conservara no dedo" (Rosa Filho, 1998, p. 35).

Diferentemente do leitor de época, Rosa Filho (1998), afastado temporalmente das emoções do conflito, dispôs de outras fontes de consulta, além dos periódicos. O que torna mais remota a possibilidade de realmente ter acreditado na integridade de um corpo a ser reconhecido como o de Gualberto, em meio ao que restou de outros cadáveres, caídos junto ao comandante. Imaginaria o pesquisador que todos os corpos teriam resistido aos facões sertanejos, ao passar

⁸ BLIBLIOTECA NACIONAL. A tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

dos dias, sem que condições naturais, como tipo de solo, clima, presença de aves e o próprio processo de decomposição, não os desfigurasse? Isso sem contar no modo nada individualizado com que foram sepultados coletivamente pelos sertanejos. Homens que sequer poderiam imaginar que uma comitiva militar viesse, de Curitiba, para exumar a todos e reconhecesse entre os destroços misturados, os restos mortais do comandante para ser trasladado.

Uma matéria do *Diário da Tarde*, com base nas informações coletadas pelos jornalistas junto a moradores da região e viajantes que teriam passado pelo campo de batalha, enfatiza o estado de fedentina e putrefação de 40 cadáveres, cujo abandono permitiu que corvos e porcos selvagens os atacassem para comê-los⁹.

Existem indícios nos jornais de que, exceto membros da comitiva que levaram o “corpo” de Gualberto do Irani para Palmas, bem como os dois médicos que prepararam o caixão, ninguém, em momento algum do traslado até a capital do Paraná e nem mesmo durante as cerimônias fúnebres, teria visto os restos mortais apresentados como corpo do coronel.

Segundo Carneiro (1939, p. 290), uma abertura do caixão para identificação foi solicitada meses depois do enterramento, pela viúva e seu irmão, o então Dr. João Moura Brito. Conforme o historiador, a viúva era vítima de pessoas sem escrúpulos que buscavam extorqui-la com a hipótese de não ser de João Gualberto os restos mortais que foram sepultados. Sensibilizada a tal ponto, ela teria participado do exame cadavérico e, após terem sido retiradas ataduras da cabeça, ela reconheceu o marido pela dentadura (Carneiro, 1939, p. 290).

Um oficial formado pela Praia Vermelha no comando da corporação estadual

Em relação ao comportamento de João Gualberto em Irani, Machado (2004) questiona interpretações, como as de Rosa Filho (1998), que relacionam uma personalidade impulsiva com o ataque aos sertanejos, que não desejavam lutar. Lembra o historiador que o comandante saiu de Curitiba com a missão não apenas de dissolver o ajuntamento em Irani, mas também de trazer caboclos amarrados para desfilar nas ruas da capital, como uma “demonstração de força do Estado do Paraná contra os que desejavam planejar uma execução unilateral da sentença de limites, utilizando dos caboclos de José Maria para este fim” (Machado, 2004, p. 185).

Concordamos com esse autor, quando ele afirma, sem meias palavras, que a questão de honra para Gualberto passava pelo extermínio dos sertanejos (Machado, 2004, p. 185). Seres que, de acordo com a visão republicana, positivista e eurocêntrica do oficial, não mereceriam qualquer consideração feita aos indivíduos portadores de direitos. João Gualberto foi para Palmas convicto de que o monge e os sertanejos eram retrógrados monarquistas, ignorantes fanatizados, além de criminosos da pior espécie, que viviam sem lei, verdadeiros invasores, “mercenários” em prol da causa catarinense. Com essas convicções, ansiava por trazer para Curitiba todos amarrados e ser glorificado pelo próprio regimento, pelos paranaenses e pela Nação.

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. O combate do Irany. A República, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Tiro%20Paulistano%20%22&pagfis=26321> Acesso em: 09 ago. 2020.



Gualberto era um defensor da ordem e da legalidade, no sentido entendido tanto pelos detentores do poder político e econômico quanto pela concepção e atuação das forças militares no início do século XX. Justamente por isso, foi indicado pelo partido de Cavalcanti para comandar o Regimento de Segurança. Aos olhos da elite política, os serviços e as orientações do oficial do Exército seriam mais aproveitados e adequados à corporação, cuja origem e trajetória militarizadas sempre favoreceram a presença de oficiais do Exército Brasileiro no comando de suas tropas¹⁰. Forças, que a partir do advento da República, passaram a agir como um pequeno exército do poder estadual.

A Questão dos Limites, que antes mesmo da nomeação de Gualberto já apontava concretamente para a derrota do Paraná, permeou toda a Batalha do Irani: dos preparativos da força às representações míticas do modo como pereceram o comandante e membros da tropa. Gualberto dificilmente iria propositalmente contrariar ou questionar ordens claras e significativas do presidente do Estado, tanto por questões disciplinares ou por compartilhar semelhantes pensamentos em relação aos direitos do Paraná nas disputas por divisas. Contudo, o oficial parece ter ido mais além do que manifestou a autoridade maior, em telegrama para o Chefe de Polícia.

Desembargador Chefe de Polícia - Palmas. Coronel João Gualberto não deve agir antes chegada reforço, e quando o fizer bem esclarecido depois de esgotados recursos obter entrega armamento dissolução dos grupos. Seguem mais vinte homens de cavalaria sob comando alferes Benedito- saudações Carlos Cavalcanti (Rosa Filho, 1998, p. 19).

Rosa Filho argumenta que tal telegrama, endereçado a Palmas no dia 21 de outubro, não chegou ao conhecimento do coronel (Rosa Filho, 1998, p. 19). O que não exclui o fato de Gualberto ter suposto que podia agir radicalmente e que teria licença governamental para tomar medidas extremas, caso julgasse necessárias.

Enquanto entusiasta da ideia de progresso, enquanto ex-aluno do reduto positivista da Praia Vermelha, João Gualberto também não deveria desaprovar os acordos entre o governo federal e o capital estrangeiro. Acordos que deram início aos processos de modernização e colonização da região contestada, sem prever um destino digno para os sertanejos.

O que era a massa de excluídos e espoliados, pela violência do grupo estrangeiro e das ações do coronelismo, seguindo um monge acusado de ser um embuste e de ter abusado de uma jovem¹¹, diante das concepções de João Gualberto? Um homem que acreditava na

¹⁰ O primeiro comandante da corporação foi um oficial do Exército. Cândido Dulcídio Pereira, o herói do Cerco da Lapa, aos olhos da PMPR, também era oriundo da arma terrestre, assim como o Cel. Servando, que antecedeu João Gualberto no comando do Regimento de Segurança. Conforme Rosa Filho (1998, p. 36), também o major Fabriciano do Rego Barros, que ingressou no comando da força oito dias após o Combate do Irani.

¹¹ Vinhas de Queiroz menciona as controvérsias, de época, em torno da figura de José Maria, afirmando não ser nada fácil aclarar o que existe de mito ou realidade nas ações do monge, cujo passado apresenta uma série de pontos obscuros e dúbios. Atenta ainda para se ter cautela com qualquer fonte, devido à existência de versões tendenciosas, elaboradas por inimigos, que atribuem ao personagem um comportamento sexual depravado, como o da acusação, feita por um jornal de Palmas, de que José Maria teria sido preso e condenado, na mesma localidade, por sequestro de uma mocinha. Ao ser interrogada tempos depois, a jovem teria afirmado que acompanhou o acusado por livre vontade, e que os dois desejavam casar-se, o que para o autor pode ser indício da possibilidade de que ela fosse maior de idade, até pelo fato de o juiz de direito ter encerrado o processo, por defloração, e ter mandado libertar José Maria (Queiroz, 1977, p. 79-80).

meritocracia, que via a história como consequência dos feitos dos grandes vultos e dos heróis, em detrimento das experiências coletivas. Na visão de mundo eurocêntrica e hierarquizada de João Gualberto, os sertanejos não eram nem reles civis. Concebidos como ignorantes, fanatizados, retrógrados monarquistas e incivilizados, ou cediam às exigências dos representantes das leis ou teriam que desaparecer. Nesse sentido, Gualberto em nada diferia das autoridades políticas e das elites que heroizaram sua morte.

A fabricação do mito do herói sacrificado em batalha de proporções épicas

A partir das primeiras notícias no jornal *Diário da Tarde* e de outros periódicos locais e nacionais, que anunciavam os resultados trágicos do combate, tem início o processo de mitificação da morte do coronel João Gualberto. Por meio das vozes sociais da imprensa, que englobavam intelectuais e literatos, e de ações institucionais do governo estadual e sua força militar, tal morte, aos 38 anos, foi venerada e cultuada, desencadeando forte comoção na sociedade curitibana.

Das primeiras manchetes nos jornais à chegada dos restos mortais, tratados como corpo, até o sepultamento, passaram-se mais quinze dias. Tempo suficiente para a identificação coletiva, visível através da forte consternação pública durante os rituais fúnebres. No dia 23 de outubro de 1912, uma quarta-feira, em duas edições, o jornal *Diário da Tarde* dedicou enorme espaço de divulgação ao desastroso combate, a começar por manchete de teor sensacionalista: “A Catastrophe nos Campos do Irany – As dolorosas notícias – Os bandidos, em número superior a 500 bem armados e bem montados”¹².

Entre inúmeras manifestações de pesar, foi comunicado que as escolas públicas e particulares encerraram as aulas, que o comércio, casas de diversão e cafés fecharam suas portas, tendo a Associação Comercial hasteado a Bandeira Nacional em sinal de luto. “Encerram o expediente todas as repartições públicas, loja maçônica Perseverança, clubs litterario: Republicano e Operário, hasteando seus pavilhões um funeral”¹³. O mesmo periódico divulgou que a redação tinha aberto um livro para registro de condolências, intitulado “Pela morte do valoroso cel. João Gualberto Gomes de Sá Filho e seus dignos companheiros, pesamos do Paraná e da República”¹⁴. não podendo a lista ser publicada devido ao enorme número de pessoas que quiseram registrar os pêsames aos familiares de João Gualberto e de outros combatentes mortos no Irani.

Já o historiador David Carneiro, ao reproduzir o discurso proferido por seu próprio pai, em sessão emergencial realizada no Tiro Rio Branco, e ainda detalhar sobre os preparativos dessa caserna para velamento do que ele chamou de corpo, também faz referência à existência

¹² BIBLIOTECA NACIONAL. A catastrophe nos campos do Irany. *Diário da Tarde*, 23 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22500%20bem%20armados%22&pagfis=15979> Acesso em 03 ago. 2020.

¹³ BIBLIOTECA NACIONAL. A tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. A catastrophe nos campos do Irany. *Diário da Tarde*, 23 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22500%20bem%20armados%22&pagfis=15979> Acesso em 03 ago. 2020.



de um outro livro, disposto pela agremiação, no qual foram registrados sentimentos de pesar por parte dos caçadores do batalhão e habitantes da capital (Carneiro, 1939, p. 280).

A respeito do que possa ter ocorrido no intervalo de 23 a 28 de outubro em Irani, esse historiador ainda ressalta que

Durante os dias 23, 24 e 25 de Outubro o batalhão permaneceu inativo perto de Palmas, vendo chegar os extraviados e os fugitivos, e sem que uma só providencia fosse tomada sequer para se verificar a extensão do desastre do Irani. No dia 26 enfim, ficou resolvido que se arriscasse mandar ao Irani, alguém que pudesse socorrer aos feridos, si ainda houvesse algum, e enterrar os mortos. O farmacêutico, fazendo às vezes do medico, porque este adoecera, aprontou-se para a altruística missão, e acompanhado por pequeno grupo, partiu a 27, quasi certo de que marchava para a morte. A pequena comitiva dividiu-se em dois grupos no rio do Mato. Para o Irani foi o sub-comissario e o farmaceutico Ferrante que ali prestou os primeiros curativos ao alferes Sarmiento e mais a quatro feridos, conduzindo todos para Palmas. Os mortos foram inhumados. Tudo o que foi colhido no campo de combate, também foi transportado: Metralhadora, carabinas, capotes, etc. ... e de volta chegaram a Palmas a 3 de Novembro (Carneiro, 1939, p. 275).

Os jornais e a construção dos bravos e bandidos

Ultrapassando o período mencionado acima, até depois do dia do enterramento no cemitério da capital, tanto o *Diário da Tarde* quanto *A República* usaram todos os recursos possíveis para exaltar o heroísmo das vítimas militares, enaltecendo a atuação da força estadual que honrou as ordens do seu brioso e valente comandante. Em contrapartida, tais veículos de comunicação instigaram a opinião pública contra os sertanejos, bem como denegriram a imagem do monge. Exemplo dessa dualidade explícita foi o texto de autoria de Gastão de Faria, publicado pelo *Diário da Tarde*, no dia 31 de outubro de 1912.

Certo, nada mais emocionante do que um povo todo a chorar a morte de um pugillo de bravos que se foi, sereno e calmo, rumo da immortalidade, levando na alma a satisfação de um dever cumprido. [...] Os campos do Irany, pois são uma pagina aberta da nossa historia, onde as gerações posteras irão beber lições de civismo e brio. [...] Ali, no alto de uma coxilha [...] desconhecendo os accidentes do caminho, confiando na lealdade do adversário, surge, a passo lento, uma reduzida força de cavallaria; aqui, embrenhando-se no mysterio da matta, conhecendo os seus segredos, sabendo o rumo fatal do inimigo, se occulta uma legião feroz de bandidos que, dispondo de armamentos mais modernos, se prepara para dar o bote traiçoeiro. Apenas aquella começa a escalar a matta ela que esta bêbada de sangue, vermelha de cólera, executa a sua terrível emboscada. Os bandidos estabelecem uma gritaria macabra, afim de levarem a confusão no seio da força que avança¹⁵.

¹⁵ BIBLIOTECA NACIONAL.FARIA, G. Os gigantes mortos. *Diário da Tarde*, Curitiba, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004213\(1\)&pagfis=16016](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004213(1)&pagfis=16016) Acesso em: 05 ago. 2020.

No fragmento, em consonância com a posição dos periódicos, o autor, além de misturar interesses regionais com civismo, reforça a contraposição entre bravos e bandidos por meio de estratégias maniqueístas e demarcadoras de contrastes entre as duas forças. Os militares, representados em número desfavorável, sem conhecimento da região, são vitimados pela deslealdade dos que tinham apenas como adversários. Enquanto a massa de bandidos sanguinários, figurada como mais bem armada, conhecedora da mata e da aproximação dos concebidos como verdadeiros inimigos, embriagada de fúria, parte para a traição. Faria ainda amplia o sentido demarcador entre bem e mal, afirmando que

o comandante á maneira de um heroe da lenda, depois de lutar como um leão invencível, é atingido por uma traiçoeira bala que o prosta ao chão, sobre os cadaveres dos que lutaram para salvá-o. O restante das forças legaes, então, vendo-se privado daquelle que era o seu cerebro pensante, temendo que a hecatombe fosse completa procurou fazer a retirada, enquanto os bandidos, espavoridos, se embrenhavam na espessura da floresta para se encolher, de novo, na sua miseria moral. Estava terminada a luta [...] De um lado o bravo coronel João Gualberto expirava, do outro lado expirava o bandido José Maria, a bandeira esfarrapada dos bandidos ferozes. [...] O coronel João Gualberto foi um titan, se declarou vencido depois que os bandidos passaram sobre seu cadaver; o alferes Sarmiento, foi um heroe; os sargentos Rosa e Macedo foram uns bravos; os soldados mortos [...], enfim, synthetisaram a ressurreição do pugillo de Leonidas¹⁶.

Luta de um titã e seu grupo heroico contra ferozes traidores foi apenas mais uma das várias versões míticas, usadas pelos colaboradores do jornal, para transformar um combate que durou poucos minutos numa batalha de proporções épicas. Combate comparável, em termos regionais, a outras apropriações idealizadas, como as representações do Cerco da Lapa. Episódio no qual, conforme já mencionado, morreu o aguerrido Cel. Dulcídio, outra referência da memória militar paranaense.

O Paraná está afeito a estimar sua força publica e a se orgulhar de suas tradições de bravura e dedicações cívicas, e foi assim que sentio agora, como já sentira em 94, estremecer-lhe o peito o coração ante a queda, dos dois bravos e denodados chefe de armas que a conduziram nos momentos mais críticos de nossa história. Dulcídio e Gualberto, que morrendo a serviço da defesa de nossa ordem interna se fizeram dignos de veneração dos seus soldados e credores da imperecível gratidão do povo paranaense, a cujo serviço cahiram, são figuras marciaes do mais alto relevo em nossa história militar, em cuja saudosa lembrança o tempo não terá força para apagar o sulco brilhante que deixaram¹⁷.

¹⁶ Idem.

¹⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Coronel João Gualberto. *A República*, 24 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Dulc%C3%ADdio%20e%20Gualberto%22&pagfis=26301> Acesso em: 07 ago. 2020.



Repercussões da morte do herói, segundo o discurso jornalístico

Especificamente sobre a atuação do Coronel João Gualberto nos Campos do Irani, o órgão de comunicação do Partido Republicano não poupou esforços para explorar a dimensão que sua morte teve dentro e fora do Paraná. As edições, entre os dias 29 de outubro a 07 de novembro, notificaram telegramas e missivas recebidos, de todo o país, pelo governador Carlos Cavalcanti e pela caserna do Tiro Rio Branco. Entre tais notificações de pesares, oriundas de particulares e instituições provenientes de inúmeros municípios do Paraná¹⁸ e de várias cidades e capitais de estados brasileiros, como Goiás, Belém, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Santos, Vitória, Porto Alegre e Florianópolis. Houve igualmente destaque para os agradecimentos, por parte de Cavalcanti, às manifestações de condolências recebidas do Clube Militar do Rio de Janeiro, da Guarda Nacional de São Paulo, de Lauro Muller, que fora colega de Gualberto na Praia Vermelha (Carneiro, 1939), Vidal Ramos e Hermes da Fonseca. Também viraram notícias visitas à sede do governo do Paraná realizadas por uma comissão de estudantes e outra comissão da colônia italiana, pela Liga Social da Mocidade Católica e pela Diretoria do Cassino Curytibano, da qual Gualberto já tinha sido também presidente.

A existência de ofícios de pêsames, assinados em nome da Associação Comercial do Paraná, da Diretoria do Hospital do Paraná e dos Empregados da Estrada de Ferro do Paraná e São Paulo – Rio Grande do Sul, também foi divulgada, bem como a ocorrência de uma missa no Rio de Janeiro, realizada seis dias após o combate, com a presença da colônia paranaense, do General Vespasiano e do presidente da República, “pela alma do malgrado Coronel João Gualberto”¹⁹.

Outras exéquias cristãs, no contexto dos tradicionais ritos de finados e/ou por ocasião de quase sete dias da morte de João Gualberto, segundo o mesmo periódico republicano, ocorreram ainda em São Paulo e Recife. Por iniciativa de agremiações esportivas de tiro, que optaram por uma decoração do espaço religioso mesclando armas e símbolos cívicos republicanos,

realizaram-se na igreja do Carmo em S. Paulo, as missas que o Tiro Paulistano n. 35 da Confederação e o Tiro Brasileiro de S. Bernardo mandaram rezar em sufragio das almas do heroico João Gualberto e das outras victimas do Irany. No centro de templo estava armada uma eça ladeada com lírios, tendo em cada canto um sarilho de carabinas: a eça estava coberta com a bandeira do Paraná, tendo ao lado a bandeira nacional. Na frente viam-se duas carabinas em funeral, duas cornetas e dois tambores²⁰.

¹⁸ Colombo, Campo Largo, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava, Balsa Nova, Paranaguá e Antonina foram os principais municípios paranaenses com manifestações de pesar por meio de iniciativas de prefeitos, Câmaras Municipais, entidades e até famílias. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL. Combate do Irany. *A República*, 4 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201912&pesq=Irany&pagfis=26325> Acesso em 03 ago. 2020.

¹⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. As exéquias por alma do coronel João Gualberto. *A República*, 28 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201912&pesq=%22alma%20do%20malgrado%20Coronel%20Jo%C3%A3o%20Gualberto%22&pagfis=26310> Acesso em 06 ago.2020.

²⁰ Cf. BIBLIOTECA NACIONAL. Combate do Irany. *A República*, 4 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201912&pesq=Irany&pagfis=26325> Acesso em 03 ago. 2020.



Já na capital de Pernambuco, o ato religioso católico, notificado como muito concorrido no dia 31 de outubro, foi celebrado a pedido da família de Gualberto, especificamente por seu tio, Flavio Bezerra (Missas, 1912, p. 2). Sessões solenes de caráter cívico, organizadas por lojas maçônicas, pela Associação 7 de Setembro, pelo Centro Paranaense e pelo próprio Tiro Rio Branco foram anunciadas, com antecedência e/ou relatadas posteriormente, pela imprensa local, sempre ressaltando seus respectivos oradores e, por vezes, selecionando fragmentos de seus discursos para comentar. Como exemplo, o escritor republicano e anticlerical Dario Velloso teve uma participação muito ativa em homenagens póstumas a João Gualberto, discursando por mais de uma vez, em loja maçônica e no evento que o jornal denominou de Meeting solidário a Carlos Cavalcanti, ocorrido na Praça Tiradentes, no dia 23 de outubro, no final da tarde:

Alli falou Dario Velloso, referindo-se ao desastre que enlutou a alma paranaense e convidando o povo a ir levar a afirmação do seu apoio, n'essa hora amarga, ao digno chefe do Estado. Immediatamente moveu-se em direção ao palácio Rio Branco uma enorme massa popular superior a 3000 pessoas. Alli chegado, o professor Dario Velloso tomou de novo a palavra e, dirigindose ao dr. Carlos Cavalcanti que assomara à sacada, começou dizendo que profundamente ferida a alma paranaense, com a notícia do falecimento do bravo comandante de nossas forças e de seus comandados, vem ante o digno Presidente de Estado saber a diretriz que lhe ordena. Despresa os boatos, não quer saber o móvel de tão abjeta campanha, quer vingar o sangue paranaense, confia no eleito do povo, que está ao seu lado incondicionalmente. Findo esse discurso, falou o sr. Presidente de Estado²¹.

Ao comentar, mesmo sem maiores especificações, a alegação de Dario em defesa incondicional do presidente de Estado, ignorando boatos e abjeta campanha, o periódico evidencia que Carlos Cavalcanti foi alvo de severas críticas feitas por indivíduos ou grupos opositores que viram na fracassada experiência da força estadual uma grande oportunidade para atacá-lo.

Além da participação de Dario no culto cívico, iniciado com as homenagens fúnebres à memória de Gualberto na maçonaria²², o *Diário da Tarde*²³ publicou artigos de outros

²¹ BIBLIOTECA NACIONAL. O meeting. *Diário da Tarde*, 24 de outubro de 1912, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%201912&pesq=%22professor%20Dario%22&pagfis=26302> Acesso em: 12 ago. 2020.

²² "Como é bello morrer assim, tombar assim no campo de batalha, em defesa da Ordem e da paz, cumprindo o seu dever! Quem desaparece nessas condições, cercado por uma grandiosa aureola de glorias não deve inspirar lagrimas nos seus amigos saudosos. O martyr dos campos do Irany ficará gravado nas paginas da historia do Paraná, onde refuljam os seus actos de bravura militar e de esforço cívico". Fragmento do discurso de Dario Velloso na loja Luz Invisível, ocorrido na presença de jornalistas, militares, representantes de associações, autoridades governamentais, como Carlos Cavalcanti e Niepce da Silva, entre outras personalidades conhecidas, como Júlio Pernetta, o jurista Hugo Simas e o advogado, professor e escritor Sebastião Paraná. BIBLIOTECA NACIONAL. (A Tragédia, 1912, p. 1). A tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201912&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201912&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

²³ Idem.



intelectuais, como o do advogado, historiador e escritor Ermelino de Leão²⁴. Intitulado Da Vida ao Pantheon, o longo texto fala da amizade entre o autor e João Gualberto, menciona a convivência de ambos na redação do jornal e na criação da Associação Cívica, ressaltando o patriotismo daquele que acreditava no Paraná e na grandeza do país e enfatizando os dotes militares e tamanha energia que Gualberto dedicou ao tiro de guerra²⁵. Todo esse louvor à memória do morto, contudo, não impediu Ermelino de levantar algumas considerações polêmicas, possivelmente já cogitadas na época, sobre as ações do herói nos Campos de Irani.

O seu feito, atirando-se como um heroe contra hordas barbaras dos desertores da lei, indo buscar a morte onde estivesse a gloria poderia ser um erro de estrategia, como dizem uns, ultrapassando as ordens recebidas; mas foi incontestavelmente, um rasgo memorável dessa bravura indômita que caracteriza os grandes guerreiros. Cabe á critica militar e histórica a sentença final sobre o caso, que não devemos prejudgar. Mas, perguntamos, poderia haver erro de estrategia no fato de ter, a nossa policia, avançado resolutamente contra um bando de criminosos que, segundo informações oficiais catarinenses insertas na imprensa da capital da Republica, não excedia de 30 homens, levando força superiormente armada, numericamente bastante para desbaratar mais do que as tres dezenas de rebeldes? [...] Erro militar quando levava consigo os mais seguros e influentes práticos do sertão, conhecedores de todos os relevos, do solo, sabendo, ao vivo, os acidentes do terreno e os hábitos dos seus moradores? Erros estrategicos? [...] Deixemos ao futuro a missão de reconhecê-los e de julgar-los. Gualberto era uma organização militar: jamais deixaria de cultivar as grandes virtudes dos soldados – a disciplina²⁶.

Interessante a habilidade narrativa do escritor de propor algo e fazer exatamente o seu contrário. Em outras palavras, de delegar às futuras gerações de militares e historiadores a função de julgar as decisões do comandante e, ao mesmo tempo, emitir seu próprio veredito favorável, porém, ocultado no modo de legitimar, como homem de seu tempo e de seu meio social, os procedimentos do bravo João Gualberto. Podemos interpretar que, para esse autor, ainda que não tivesse ordens explícitas para investir contra os sertanejos, a postura de Gualberto não implicou em indisciplina, antes foi resultado de reações corajosas frente a fatos sempre atribuídos a terceiros. Entre tais fatos: a selvageria de bandidos que teve que enfrentar; equívocos sobre a quantidade desses inimigos, divulgados pelo governo de Santa Catarina e jornais do Rio de Janeiro e, ainda, adversidades geográficas, difíceis de serem superadas pela tropa já extenuada, mas não para os habitantes locais que, conhecidos do monge José Maria, ampliaram quantitativamente a força sertaneja, realidades não previstas e/ou não relatadas pelos experientes guias, que Ermelino afirmou estarem presentes na expedição estadual ao Irani.

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Da vida ao pantheon. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003)
Acesso em: 10 dez. 2020.

²⁵ Idem.

²⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Da vida ao pantheon. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003)
Acesso em: 10 dez. 2020.



O que esse autor chama de “os mais seguros e influentes práticos do sertão”, a historiografia, desde Vinhas de Queirós, entende como um único tropeiro, de nome Roque²⁷, a guiar, por território desconhecido, Gualberto e seus comandados.

Até o dia de enterro, não houve uma só edição, das que examinamos, sem referências ao episódio de Irani e à morte do herói militar, no jornal do qual Gualberto foi colaborador. Menções de condolências presenciais e por escrito, recebidas pelo presidente do Estado, bem como lista de telegramas de pesar endereçados à viúva Leonor Brito de Sá²⁸ e informações diretas de Palmas, de Porto União, de Ponta Grossa e das estações pelas quais o corpo transladado passou, obtidas por correspondentes do periódico²⁹, foram frequentes.

Também foram recursos usados pelos redatores, depoimentos de praças, Ordens do Dia de comandantes de polícias do Rio de Janeiro e Mato Grosso, notas de ensaios de caçadores para cerimônia fúnebre, no Tiro Rio Branco³⁰ e até a notícia da edificação de uma herma de João Gualberto no Rio de Janeiro, proposta por Leôncio Correia.³¹ Esses exemplos evidenciam como os jornais foram criando e encenando uma versão épica dos fatos do combate que alimentou o imaginário popular.

Do traslado dos despojos ao enterramento: o papel da comissão fúnebre

A formação de uma comissão heterogênea deliberativa para organizar todo o aparato e os detalhes dos ritos fúnebres já era anunciada, por parte da imprensa, no dia 28 de outubro. Fizeram parte de sua composição os representantes do que chamamos agentes/atores da heroicização da morte do militar, isto é, autoridades políticas, militares, intelectuais, escritores, e inclusive o pai do biógrafo de João Gualberto, ou seja, do historiador David Carneiro.

Presidente honorário, dr. Carlos Cavalcanti. Presidente efectivo, Leopoldo Ferreira; Vice-presidente efectivo honorário, dr. Afonso Camargo; VicePresidente efectivo, David Carneiro Júnior; 1º Secretario,

²⁷ De acordo com Vinhas de Queiroz, Roque, o sertanejo contratado pela tropa e que acabou sendo acusado pelo anseçada Paixão de ter assustado a mula, provocando o acidente da queda da metralhadora e da munição no rio, pode ainda ter agido intencionalmente (Queiroz, 1977, p. 99 e 100).

²⁸ BIBLIOTECANACIONAL. A Tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

²⁹ BIBLIOTECA NACIONAL. A Catastrophe nos campos do Irany. *Diário da Tarde*, 23 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22500%20bem%20armados%22&pagfis=15979> Acesso em 03 ago. 2020.

³⁰ BIBLIOTECANACIONAL. A Tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

³¹ Leôncio Correia (1865-1950) foi um advogado, político, jornalista e escritor nascido em Paranaguá. Pertenceu a uma família de empresários e políticos, sendo sobrinho do Comendador Ildefonso Pereira Correia (1849-1894), também ervateiro. Leôncio estudou no Rio de Janeiro e, quando retornou ao Paraná, iniciou uma carreira política, sendo deputado estadual por duas legislaturas: a primeira, de 1892 a 1897 e, a segunda, de 1897 a 1899, ano em que retornou à capital do país. BIBLIOTECA NACIONAL. *Periódicos & Literatura* – Leôncio Correia. 2021. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/dossies/periodicos-literatura/personagens-periodicos-literatura/leoncio-correia/?fbclid=IwAR1nR1oYYPdL3tpgG3Vhx006L88XYFPZwL_7KT7EkJ-nLj3fkQ9kR7qgvl Acesso em: 12 out. 2020. BIBLIOTECA NACIONAL. A Expedição do Irany. *Diário da Tarde*, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16015](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16015) Acesso em: 12 nov. 2020.

1º tenente Daltro Filho, 2º Secretário, A. Mattos de Azeredo; Thesoureiro, Athanasio Santanna. – Membros: Arthur Obino, dr. Martins Camargo, dr Niepce da Silva, dr. Emiliano Pernetta, dr. Lysimaco F. da Costa, Jhulio Teodorico Guimarães, 1º tenente Plínio Monteiro Tourinho, João de Alencar Guimarães, Abílio de Abreu, Dario Vellozo, dr Sebastião Paraná, dr. José Amadeu Ceza³².

Tal comissão, que pode ter sido ampliada muito além dos nomes divulgados, atuou assim que os restos mortais de João Gualberto, desenterrados do cemitério do Irani, foram trazidos para Palmas, por comitiva predominantemente militar. “Chegou hontem á Palmas a comissão que desta capital foi buscar o corpo do coronel João Gualberto”³³. Dois dias antes, em 29 de outubro, também chegaram, no núcleo urbano desse município, os médicos Assis Gonçalves e Ribeiro Vianna, ambos responsáveis por colocar os supostos despojos de Gualberto no caixão de zinco³⁴ e tratar feridos militares do combate.

A interferência do grupo constituído, em Curitiba, pode ser melhor evidenciada, de acordo com o conteúdo veiculado pelos periódicos, a partir da nomeação do coronel Paul Assumpção, que ficou com a missão de preparar, na estação de Porto União da Vitória, o vagão que, após solenidades fúnebres na localidade, trasladou o ataúde até Curitiba. Sobre esse mesmo vagão, foi divulgado que “consta de 1 grande carro de 2.a classe recentemente reformado, o qual será todo revestido de veludo violeta e guarnição de franjas douradas, com ornamentação de ramalhetes de flores de seda. Todo o material da ornamentação está sendo fornecido pela importante Casa Chic de Paris”³⁵.

O coronel Paul Assumpção estaria ainda encarregado de recolher e levar para Porto União da Vitória as flores e grinaldas, entregues na sede do Tiro Rio Branco, as quais completariam a decoração fúnebre da mencionada parte do comboio³⁶.

Conforme decisão da comissão, fora escolhido como orador, quando da chegada do esquife na estação de Curitiba, o poeta Emiliano Pernetta. Já o elogio fúnebre no cemitério ficara sob a responsabilidade do dr. Amadeu César, como representante do povo, e Niepce da Silva, em nome do governo estadual³⁷.

A ornamentação das ruas pelas quais acabou passando o préstito fúnebre também esteve entre as preocupações do coletivo. Na verdade, dois cortejos foram realizados, dois

³² BIBLIOTECA NACIONAL. O Combate do Irany – chega a Porto União o corpo do coronel João Gualberto. *A República*, 5 de novembro de 1912, p. A TRAGÉDIA do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

³³ BIBLIOTECA NACIONAL. Homenagens ao Coronel João Gualberto. *Diário da Tarde*, 5 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16031> Acesso em: 7 de out. 2020.

³⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. A TRAGÉDIA do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem.

³⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Homenagens ao Coronel João Gualberto. *Diário da Tarde*, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%201911&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16019> Acesso em: 12 set. 2020.



respectivos trajetos tiveram ruas decoradas com tecido de crepe³⁸. O primeiro, realizado no dia 6 de novembro, quando o caixão de Gualberto, após discurso de Emiliano, deixou a estação de trem rumo ao Tiro Rio Branco, cuja sede preparada acabou realizando o velório em dois momentos: inicialmente, para o “mundo oficial” e, depois, aberto ao público³⁹. Já no dia 7 de novembro, pela manhã, uma marcha fúnebre saiu da sede do tiro rumo ao cemitério, com uma interrupção para o rito religioso na Catedral do Bispado, “onde foi feita a encomendação do corpo [...] pelo Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, tocando durante o acto uma orchestra a marcha fúnebre de Chopin”⁴⁰.

Para as duas marchas houve todo um planejamento. O itinerário de ambos os préstitos foi divulgado dias antes pelos jornais, bem como foi previamente definido por membros da comissão e comunicado pela imprensa a posição que cada grupo e/ou instituição ocuparia no ordenamento interno de cada uma das procissões⁴¹. Instituições de ensino, associações culturais, esportivas e outras entidades aceitaram o convite para compor o espetáculo montado para a despedida da figura heroizada. Estudantes e membros do tiro de guerra chegaram a ensaiar suas participações no cortejo e na recepção à oficialidade e ao público, durante o velamento⁴².

Difícil imaginarmos que algo mais espontâneo tenha ocorrido nos funerais daquele que foi escolhido para figurar como o primeiro herói dos paranaenses. Quanto ao trajeto escolhido em ambas as procissões, o *Diário da Tarde* já tinha comunicado, um dia antes do feriado de Finados, por meio de uma narrativa longa, que optamos por reproduzir parcialmente devido à riqueza dos pormenores que evidenciam um ordenamento todo calculado pela comissão.

Escolas publicas e particulares, Associações, Carros com coroas, Mundo oficial, Feretro, Tiro Rio Branco, ladeando o feretro, Povo. Será este o itinerario prescripto: Rua Barão do Rio Branco, Rua 15 de Novembro e Muricy. – As escolas á medida que chegarem tomarão as disposições opportunamente indicadas, não devendo, porem passar alem do Palacio do Governo. O espaço comprehendido entre o Palacio e o Hotel Rio Branco será destinado a associações que desejarem comparecer. – Ao sahir o corpo da Estação fallará o ilustre tribuno Dr. Emiliano Pernetta. – Os carros que conduzirem autoridades, tomarão distancia da estação, após saltarem as mesmas autoridades, afim de não impedir nesse local o transito dos pedestaes. – O enterramento ás dez horas da manhã seguinte á chegada do corpo, obedecerá a mesma disposição e ordens estabelecidas para o préstito. – A pedido da família se fará n’um requerimento ao Sr. Bispo desta diocese, a encomendação na cathedral

³⁸ Idem, p. 2.

³⁹ Idem, p. 1.

⁴⁰ BIBLIOTECA NACIONAL Dia luctuoso. *Diário da Tarde*, 7 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20Irans%22&pagfis=26333> Acesso em: 03 fev. 2021.

⁴¹ BIBLIOTECA NACIONAL Homenagens ao Coronel João Gualberto. *Diário da Tarde*, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16019> Acesso em: 12 set. 2020.

⁴² BIBLIOTECA NACIONAL. A Tragédia do Irany. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em 12 dez. 2020.

do Bispaço. – O enterro obedecerá o seguinte itinerário: Rua Muricy, 15 de Novembro, 1 de Março, Rua Barão do Serro Azul, Conselheiro Barradas e Rua America. – No cemitério já se acha em construção por conta do governo do Estado e para ser oferecido á Família, um rico mausoleo corinthio, no qual serão depositados os restos mortaes do illustre morto⁴³.

Na manhã do sepultamento choveu torrencialmente, o que deve ter danificado a ornamentação das ruas preparadas para o préstito em direção ao cemitério, cujo mausoléu⁴⁴ suntuoso foi erguido rapidamente em terreno destinado a jazigo perpétuo, cedido, pela prefeitura municipal, à família do comandante⁴⁵.

O *Diário da Tarde* fez questão de frisar a participação feminina entre a massa de populares, para a despedida de João Gualberto, não intimidada por condição climática tão desfavorável.

Não era de admirar, assim se o prestito fosse composto so de homens! Mas, não. Acompanharam os funeraes, desde o seu início, até o cemitério, uma multidão intensa de mulheres que foram depositar os seus corações amantísimos sobre o tumulo do grande soldado morto. E, lá no campo santo, aquelles corações bondosos de mulheres, estraçalhados por uma emoção violenta, cercando o mausoléu, confundiam suas lagrimas com a agua que tombava desesperadamente das alturas. Era um espetaculo doloroso, cheio de lances emocionantes, ver-se aquellas mães e aquellas irmãs, aquellas esposas e aquellas noivas debruçadas sobre venerado tumulo, ali deixando a extrema unção do seu pranto. Todas as mulheres que ali estavam – almas feitas de sol – deixaram o sacrario puríssimo do lar, os filhinhos tenros, para irem desfilar o seu rosario puríssimo do lagrimas sobre o mausoleu do heroe, como ali dormisse um filhinho seu, que abandonasse a alcova, deixando para traz grinaldas e illusões, corações partidos e almas desesperadas. Ao cemitério hontem, o que é de emocionar ainda mais, não compareceram só conterraneos, não. Lá estiveram mulheres de todas as nacionalidades, alemãs, italianas, polacas. E todas ellas, dominadas pela dor, espargiam flores da alma, flores de beijos, flores⁴⁶.

Chama atenção a representação padronizada de sentimentos e comportamentos femininos construída pelo jornal. Todas as mulheres, incluindo as estrangeiras, vivenciaram e exprimiram a mesma dor pela morte de Gualberto, todas sacrificaram seus lares para prantear o finado, como se tivessem vínculos familiares com ele, como se tivessem de enfrentar a

⁴³ BIBLIOTECA NACIONAL. Homenagens ao Coronel João Gualberto. *Diário da Tarde*, 1 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16019> Acesso em: 12 set. 2020.

⁴⁴ O monumental jazigo “se destaca por sua volumetria e marcante verticalidade. A edificação eclética em formato de um monóptero possui referências clássicas, lembrando um templo ou marco. O único elemento sacro presente é uma cruz estilizada em mármore [...]. Ao centro uma estrela de cinco pontas virada para baixo sinaliza a filiação de João Gualberto à Maçonaria (Grassi, 2014, p. 98).

⁴⁵ BIBLIOTECA NACIONAL. Camara Municipal. *A República*, 31 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20191&pesq=%22Combate%20do%20lran%22&pagfis=26317> Acesso em: 23 set. 2020.

⁴⁶ BIBLIOTECA NACIONAL. Ainda os funeraes. *Diário da Tarde*, 8 de novembro de 1912, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=%22corpo%20do%20coronel%22&pagfis=16043> Acesso em: 15 jan. 2021.

morte de um próprio filho. Os rituais fúnebres proporcionaram um verdadeiro culto cívico, que por sua vez não teria sido viabilizado sem a existência, por parte de seus agentes/atores, de um projeto comum de caráter mitificador, capaz de potencializar a imagem delineada da heroização. Justamente esses ritos são capazes de fornecer elementos para entendermos tanto o imaginário social em torno da morte, em guerra, de um comandante militar, quanto os interesses e intenções em jogo dos agentes que tornaram tal morte monumental.

Woitowicz (2014), ao analisar a produção de sentidos e os modos de significar o Combate do Irani pelo jornal *Diário da Tarde*, destaca na produção discursiva uma idealização dos militares enquanto representantes do progresso, da nacionalidade, da ordem e da justiça. Em contraste com a desqualificação dos sertanejos, representados como selvagens, fanáticos, ignorantes e retrógrados defensores da restauração monárquica. Tom que pode ser interpretado como uma luta entre a civilização e a barbárie. Referindo-se à cobertura da Guerra do Contestado como um todo (1912-1916), a autora ainda enfatiza que uma das características do periódico mencionado é a oficialidade, baseada na construção de um universo simbólico que legitima os ideais republicanos positivistas, ao relacionar os sentimentos de dever, civismo e patriotismo ao militarismo heroico (Woitowicz, 2014).

O morrer na guerra e a importância do culto do herói

Segundo Pereira (1996), o funeral de João Gualberto foi o primeiro festejo cívico ocorrido na capital do Paraná, uma verdadeira festa paranista. E o comandante morto nos Campos do Irani foi o primeiro herói usado pelos paranistas, cujo discurso de influência historicista e positivista, voltado ao forjar de uma identidade paranaense, procurou elaborar a imagem de um passado glorioso para o Estado, composto, predominantemente, pelas ações heroicas e individuais de grandes personagens. Para esse autor, já é possível vislumbrar o embrião do Paranismo, em Curitiba, bem no início do século XX.

Iniciativas de orientação paranista surgiam no contexto econômico do auge da erva-mate. Produto que propiciou uma efervescência cultural, impactando também o desenvolvimento urbano, ambos evidenciados pelo surgimento de inúmeros jornais e revistas enunciadoras do movimento simbolista, bondes, cinematógrafos, exposições, iluminação pública, cafés, os primeiros fotógrafos, entre outros signos da modernidade. Esse cenário teria influenciado o imaginário das elites intelectualizadas, que atribuíram a si mesmas a missão de construir uma identidade regional, permeada por ideais científicos e pela crença na capacidade do progresso em constituir uma nova realidade social. Em outras palavras, uma nova sociedade orientada por princípios republicanos, positivistas e até anticlericais, ou seja, elementos do posicionamento político-ideológico da maioria dos escritores, intelectuais e historiadores que, até a década de 1920, articularam o movimento paranista (Pereira, 1996).

Mais em Pereira do que em Woitowicz, podemos perceber nas ações, ideias e posturas desses intelectuais, escritores, artistas e historiadores, que também expressavam seus ideais pelos jornais, um imaginário político permeado pelo republicanismo positivista, que os



tornavam convictos em relação aos mitos que elaboravam e aos heróis que instituíam como símbolos para a construção intencional de uma identidade regional.

João Gualberto viveu nesse meio, nessa atmosfera capaz de promover articulações, no mínimo curiosas, entre positivismo, anticlericalismo, a estética simbolista e o ocultismo, estabelecendo vínculos sociais com parte dessa intelectualidade. Provavelmente, deveria sentir-se aceito e muito confortável entre eles, pois sempre exaltara o Paraná. Sua esposa e seus filhos eram paranaenses.

Nos anos em que morou na capital, sempre buscou externar qualidades elogiáveis em seu meio. Qualidades que o tornaram, em poucos anos, uma figura admirável, um verdadeiro representante local da imagem do progresso e dos valores cívicos, conforme o pensamento das elites intelectualizadas. Através da Associação Cívica e do Tiro de Guerra Rio Branco, Gualberto contribuía, em muito, para construção simbólica do Paraná e para o forjar de uma identidade paranaense.

Os préstimos cívicos, como principal instrumento do catecismo positivista – que ajudou a idealizar e viabilizar, a exemplo do realizado em homenagem ao Marechal de Ferro –, estimulavam entre os que desfilavam e os que assistiam sentimentos de patriotismo e identidade, tanto nacional como regional. Enquanto mentor, treinador, disciplinador e presidente da agremiação Tiro Rio Branco⁴⁷, o oficial não apenas prometia formar reservistas que auxiliariam o Exército Brasileiro na defesa nacional, com seu batalhão de caçadores saudados e premiados até na capital federal.

A presença das crianças, treinando no início da noite, é o maior indício do projeto de educação militarizada que o oficial idealizava para Curitiba, para o Paraná e até mesmo para o Brasil, quando afirmava publicamente que os tiros deveriam se proliferar por todo o território nacional. Nesse ponto, João Gualberto convergia com a visão do Marechal Hermes, que não contou com o apoio do civilista Gualberto, na eleição presidencial de 1º de maio de 1910, conforme anteriormente mencionado (Carneiro, 1939).

Morto, o próprio Cel. João Gualberto tornou-se tema de desfile cívico organizado pela mesma Associação Cívica da qual fora secretário. No ano de 1913, justo no dia 21 de abril, data em que o regime republicano passou a celebrar Tiradentes como mártir da Independência, por ocasião de um grande festival promovido com o objetivo de perpetuar sua memória, bem como na mudança de placa da avenida que recebeu seu nome, Gualberto entrou para o panteão dos “maiores”. Andores com imagens fotográficas do oficial usando as fardas do Exército, do Tiro de Guerra e do Regimento de Segurança foram carregados no desfile cívico prestigiado por “autoridades civis, militares, eclesiásticas, maçônicas, comerciais e operárias e em geral, por todos os cidadãos”⁴⁸ que desejaram aderir ao evento.

Nem só oportunidades simbólicas de exacerbar discursos legitimadores, que atrelavam o ideário republicano positivista ao militarismo heroico, foram abertas, a partir do combate, para

⁴⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. Da vida ao pantheon. *Diário da Tarde*, 29 de outubro de 1912, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211\(1\)&pagfis=16003](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20191&pesq=Ed.%2004211(1)&pagfis=16003) Acesso em: 10 dez. 2020.

⁴⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. Festas Cívicas. *A República*, 22 de abril de 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/26896> Acesso em: 10 dez. 2020.

o Diário da Tarde e o periódico do Partido Republicano. Esses veículos jornalísticos também tiveram ganhos materiais, elaborando sentidos mitificados sobre o desfecho sanguinário de Irani. Só o Diário, por exemplo, no dia 23 de outubro de 1912, teve que partir para uma segunda edição, às pressas, na tentativa de cobrir informações que chegavam a todo momento por telegramas. Certamente, esse periódico, que investiu nos resultados do combate, mandando jornalistas para Palmas, ampliou seu número de leitores em todo o Paraná, “construindo e veiculando verdades” e, ainda, ampliou sua visibilidade na capital federal, sendo o mais citado, entre os jornais fluminenses, como a principal referência sobre o Irani, devido às informações obtidas direto de Palmas.

Por parte do Estado, o esforço na mitificação de João Gualberto não foi menor. Conforme Decreto nº. 912, Artigo único:

É declarado luto oficial por quinze dias, sendo imediatamente encerrado o expediente das repartições públicas durante três dias e hasteada nas mesmas a Bandeira, em funeral, pelo mesmo espaço de luto. Revogam-se as disposições em contrário (a) Carlos Cavalcanti de Albuquerque (Rosa Filho, 1998, p. 27).

Todos os gastos que envolveram a exumação do cadáver, as cerimônias em Palmas e Porto União da Vitória, a transladação dos restos mortais, os cortejos na capital com carruagens estilo Luís XV, o velório na sede da agremiação de tiro e o opulento sepultamento do comandante foram pagos pelos cofres públicos. Segundo Rosa Filho (1998), o Governo do Estado, por decreto, abriu um crédito no valor de dezoito contos, novecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco réis somente para pagamento do túmulo monumental e ainda acrescenta que a soma fabulosa daria para homenagear, com a construção de um monumento, todos os combatentes também heroicos, mortos em Irani (Rosa Filho, 1998, p. 35)⁴⁹.

A família do morto, ao contrário das famílias de praças falecidos em combate⁵⁰, não ficou totalmente desamparada pelo Estado do Paraná, como evidenciado em Ata da 28ª sessão ordinária do Congresso Legislativo, realizada em 8 de março de 1913. “Art.1.º Fica concedida á viuva e aos filhos do Coronel Gualberto Gomes de Sá Filho a pensão anual de 7:200\$00, 3:600\$00 áquella e 3:600\$00; repartidamente, aos filhos enquanto menores e às filhas enquanto solteiras”⁵¹.

Vultosa soma dispendida com a morte de uma única pessoa, justamente no momento em que o governo, pela própria indefinição do território, necessitava ofuscar a derrota no Irani até para tentar reverter desvantagens do Paraná na Questão dos Limites, já que havia o risco de

⁴⁹ Em 2017, o desejo de Rosa Filho foi materializado. Um grupo da PMPR, em acordo de paz com o município de Irani, conseguiu colocar placas com os nomes dos soldados mortos e realizou uma homenagem aos mesmos no Sítio Histórico do Contestado.

⁵⁰ O Governo do Estado do Paraná, na prática acabou deixando para sociedade civil a tarefa de arrecadar fundos destinados aos familiares das vítimas militares do Combate do Irani. Uma subscrição foi sendo atualizada pelos jornais, à medida que os mesmos divulgavam nomes dos colaboradores e quantias doadas. Estabelecimentos comerciais, empresas, entidades, instituições de ensino e lojas da maçonaria também atuaram na captação de recursos (Uma Subscrição 1912, p. 1)

⁵¹ BIBLIOTECA NACIONAL. Congresso Legislativo do Estado, *A República*, 31 de março de 1913, p.1. Disponível: <http://memoria.bn.br/DocReader/215554/26819>. Acesso em: 10 dez. 2020

a qualquer momento ser proferida sentença favorável aos catarinenses. Para tanto, a imagem, ora vitimizada ora heroica, de João Gualberto e dos demais mortos da tropa, foi usada não só pelo presidente do Estado, mas também por autoridades políticas de Palmas e de Porto União da Vitória, que autorizaram e viabilizaram, junto à comissão formada em Curitiba, as primeiras cerimônias fúnebres de reverência a João Gualberto.

Referências Bibliográficas

- Cabral, O. R. (1979). *A Campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli.
- Carneiro, D. (1939). *Duas Histórias em Três Vidas: O Tiro Rio Branco através do seu patrono e do seu fundador*. Curitiba: Papelaria Universal.
- Fraga, A. B. (2012). *Os Heróis da Pátria: política cultural e história do Brasil no Governo Vargas*. [Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense], Niterói. https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012_Andre_Barbosa_Fraga.pdf
- Machado, P. P. (2004). *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Machado, P. P & AXT, G. (2017). *O processo de Adeodato, último chefe rebelde do Contestado*. Florianópolis, CEJUR.
- Pereira, L. F. L. (1996). *Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da Primeira República*. [Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná], Curitiba. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26993/D%20%20PEREIRA,%20LUIS%20FERNANDO%20LOPES.pdf?sequence=1>
- Queiroz, M. V. de. (1977). *Messianismo e Conflito social: a guerra sertaneja do Contestado*. 2ª ed. São Paulo: Ática.
- Rosa Filho, J. A. da. (1998). *Combate do Irani: episódios da História da Polícia Militar do Paraná*, vol. 01. Curitiba: Associação da Vila Militar (AVM).
- Thomé, N. (2005). *Breve História da Guerra do Contestado*. Santa Catarina: UNC Campos Caçador; Museu do Contestado.
- Valentini, D. J. (2003). *Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: Universidade do Contestado.
- Woitowicz, K. J. (2014). *Imagem Contestada: a Guerra do Contestado pela escrita do Diário da Tarde (1912-1916)*. Ponta Grossa: Editora UEPG.

Recebido em: 22 de dezembro de 2022

Aprovado em: 6 de março de 2023

